

Paulo Roberto Arnaud Carmo

EXTENSÃO E UNIVERSIDADE PÚBLICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Rio de Janeiro
2001

Paulo Roberto Arnaud Carmo

EXTENSÃO E UNIVERSIDADE PÚBLICA: : ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

Reitor: Prof. Pietro Novellino

Decano: Profª Maria José Mesquita Cavalleiro de Macedo Wheling

Diretor: Profª Dayse Martins Hora, PhD

Chefe do Departamento: Profª Mônica Cerbella Freire Mandarino, MsC

EXTENSÃO E UNIVERSIDADE PÚBLICA : ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

PAULO ROBERTO ARNAUD CARMO

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação, *Lato Sensu*, em Formação de Docentes Universitários da Universidade do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção de título de especialista em Docência Universitária.

Professora Orientadora: LÍGIA MARTHA COIMBRA COSTA COELHO, PhD

RIO DE JANEIRO

2001

CARMO, Paulo Roberto Amaud. Extensão e Universidade Pública: Algumas Considerações. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de Educação, Departamento de Didática, 2001, 40 p.

S731 Carmo, Paulo Roberto Amaud
Extensão e Universidade Pública : Algumas Considerações /
Paulo Roberto Amaud Carmo – Rio de Janeiro, 2001.
105f.

Monografia apresentada à Escola de Educação como
requisito parcial para obtenção de título de especialista
em Docência Universitária.

1. Extensão e Universidade Pública. I. Escola de Edu-
cação. II. Título.

CDD 613.04244
CDU 613.99

AGRADECIMENTOS

Como um estranho num ninho de águias, agradeço aos professores que me permitiram participar ativamente nas discussões em aulas sobre assuntos que me levaram a conhecer uma parcela dos nossos problemas educacionais, em especial a Prof^a Lígia Martha, minha orientadora, que pacientemente me apoiou e ajudou na execução desta monografia.

R E S U M O

A Universidade Pública deve exercer o seu papel junto à sociedade baseada no trinômio Relacionamento, Integração e Participação, objetivando reduzir, até a eliminação, a distância que as separam. Para isto, deve aprimorar e adequar a Extensão às necessidades regionais e nacionais, maximizando a utilização de seus recursos disponíveis.

A maior parte dos textos indicados para nossas leituras neste curso de Formação de Docentes Universitários abordou o aspecto isolacionista da Universidade, sempre nos levando a acreditar que o modelo atual é há bastante tempo praticado por uma parte dos que compõem o seu corpo docente e suas equipes administrativas. Tal enfoque não foi facilmente aceito por mim e também algumas vezes mencionada idêntica opinião por alguns de nossos professores. Mas mudar "dá trabalho", ainda mais quando somos sempre adestrados para pensar em resultados de curto prazo. Daí ser mais fácil conviver com sua estrutura voltada para dentro, encapsulada no seu universo restrito, pois ninguém quer ousar abrir suas portas. Atualmente, os componentes da sociedade não podem viver isolados, pois o vetor integração é que nos levará a uma mudança radical em nossas atitudes e em nossos anseios. Situando a Universidade Pública como centro desta constelação, não podemos conviver com ela estagnada, isolada dos componentes da nossa sociedade. Assim, toma-se muito difícil a socialização do conhecimento.

Utilizando-se a Extensão como o veículo para se alcançar o objetivo de eliminar o hiato existente entre a Universidade Pública e a Sociedade, sob o aspecto indissociável do Ensino e da Pesquisa, diferente do assistencialista utilizado até o início da década de 70, ela poderá vencer a inércia existente devido à falta de uma condução político-administrativa adequada para enfrentar tal situação. Isto fica evidente quando aceitamos o fato de que a Extensão pressupõe um caminhar coletivo numa constante interação entre Universidade e suas contrapartes na Sociedade. É como se houvesse uma comunicação constante entre estas partes, como a comunicação existente entre as células do nosso corpo, pois sem ela não poderia haver vida.

S U M Á R I O

1	RELACIONAMENTO, INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO.....	7
2	EXTENSÃO: FATOR DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	15
3	EXTENSÃO E UNIVERSIDADE PÚBLICA: O CASO DA UNI-RIO.....	28
4	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1 - RELACIONAMENTO, INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Até 1974, como integrante de camada social de baixa renda, de uma sociedade oligárquica e de cultura monopolista, produto de um sistema de adestramento educacional adequado ao sistema reinante, não vislumbrava qualquer outro tipo aberto de convivência social agregada. Após ter a oportunidade de freqüentar um curso que abordava o papel social das entidades públicas ou privadas em relação ao meio em que viviam, passei a entender porque era necessário que todas elas criassem meios que lhes permitissem sair de suas conchas e se preocupar com o que estava acontecendo do lado externo de seus limites físicos. O curso denominava-se “O Comportamento das Organizações Complexas”¹, e foi realizado em 1976.

Inicialmente, oriundo daquela sociedade fechada em seu contexto, fiquei procurando assimilar o foco dessa linha política. Tão logo compreendi o seu alcance, passei a enxergar as entidades sob outro ângulo: aquelas que iam em direção ao seu público e aquelas que continuavam na linha de ação inversa, isto é, esperando por seu público, tirando proveito de uma situação de independência autoritária em relação à sociedade. Nesta mesma época (1974-1976), estava em estágio bastante adiantado a mudança comportamental dos cidadãos norte-americanos diante do seu mundo relacional, pois lhes estavam ensinando sobre seus direitos diante daquilo que se lhes era oferecido, um movimento nacional que consolidou uma nova mentalidade naqueles que ofereciam seus serviços e naqueles que demandavam tais serviços.

¹ Curso (# 10608) de “Behavior of Complex Organizations”, componente do programa de Mestrado em Administração Empresarial (MBA), realizado na The American University, Washington, D.C., USA, 1974-1976, ministrado pelo Professor Barry N. Smith, Phd. Livro texto do curso: **Organization and Management – A Systems Approach**, de Fremont E. Kast e James E. Rosenzweig. USA. McGraw-Hill, Inc. 1974.

A partir deste enfoque, comecei a verificar, há vinte e cinco anos, que aquelas entidades que não se preocupavam com o mundo ao seu redor, não estavam preparadas para atender as demandas sociais a que eram submetidas. A maioria delas sucumbiu, pois relegaram a um plano inferior aquilo que deveriam considerar em suas políticas estratégicas, pois a sociedade passou a exigir cada vez mais uma maior integração entre os objetivos das entidades e as suas demandas naturais.

Ao participar no ano de 2000, na **Uni-Rio**, do Curso de Formação de Docentes Universitários, reencontrei os fatos que vinha observando nestes anos passados e voltou ao meu pensamento o problema da focalização do relacionamento de uma entidade da importância de uma universidade com o seu mundo exterior. Mais uma oportunidade para refletir sobre este assunto tão relegado a um plano inferior pelas entidades nacionais.

Várias críticas foram apresentadas pelos professores que ministraram nossas aulas, fornecendo-me matéria para repensar o papel da Universidade Pública ainda, em alguns aspectos, vinculado ao modelo participativo arcaico, talvez por seu papel enraizado no desenvolvimento monopolista de nossa sociedade.

Essas críticas brotavam espontaneamente nas aulas e mostravam-me como ainda estávamos distantes daquele nível de uma necessária e real aproximação entre a Universidade e a sociedade. Partiu deste conjunto de críticas e observações a idéia de estudar e apontar os hiatos existentes nesse relacionamento. Daí, com o material didático disponibilizado pelos professores, passei a verificar uma distância entre o que se lia, o que se pregava e o que era praticado. Questionava alguns pontos e entendia nas respostas sinceras dos professores um anseio para que a participação da Universidade aumentasse, reduzindo o espaço existente entre esta e a sociedade. Por outro lado, observava também que não tinham uma diretriz concreta para que isto pudesse acontecer, mostrando-me que aquele hiato estava identificado e que não havia uma política geral direcionada para enfrentar os fatos. Chegamos a viver a experiência do antes, durante e após uma greve eclodida nas Universidades Públicas, em Julho

de 2000, exemplo este que me mostrou quão imutável foi mais este movimento, cuja bandeira foi aquela pela qual há anos os professores se fazem conhecer junto à sociedade em geral, a da melhoria salarial, ao invés de mostrar as bandeiras de seus valores, conquistas e realizações inerentes aos seus trabalhos, junto às suas reivindicações.

Como pedra inicial desta construção, decidi apresentar o trabalho monográfico **“Extensão e Universidade Pública : Algumas Considerações”**, objetivando deixar essa semente plantada, para que os fatos aqui apresentados sejam discutidos e aprimorados, levando sempre em consideração que a Universidade Pública está a serviço da sociedade e que tal função deverá ser levada à prática através do incremento deste relacionamento. Trataremos este trabalho sob a ótica emancipadora da Extensão, que vem ao encontro do enfoque do relacionamento que julgamos deva haver entre a Universidade Pública e a sociedade.

Toda mudança requer um estudo aprofundado das idéias que aparecem, para aceitá-las ou não. Aquelas idéias que surgem não devem ser torpedeadas ideologicamente, sem se conseguir provar suas potenciais qualidades adequadas ao aprimoramento de uma entidade.

Considerando, a princípio, ser a universidade pública uma parceria entre o Estado e a Sociedade voltada para suas diversas contrapartes e não somente para aqueles que lhe vão ao encontro, podemos evidenciar que este caminho deva ser percorrido nos dois sentidos, visando atingir um equilíbrio estrutural entre estes dois segmentos, e não atuar unicamente dentro dos seus próprios limites físicos.

Desta maneira, pode ser verificado que a Universidade é uma entidade que se relaciona com diferentes partes da sociedade. Nas suas tentativas expansionistas e modificadoras para se adaptar à realidade da sociedade para qual ela se direciona, ela expõe suas características, evidenciando-as pela carência de uma programação geral de como se relacionar com seus fatores externos.

Os profissionais de entidades públicas estão cada vez mais focalizando, com bastante relevância, a técnica de como atingir e tratar as diferentes partes integrantes da sociedade e apresentar as soluções de seus problemas.

Tal tendência, um tanto incompreendida por alguns, porque ainda ligam a imagem deste relacionamento com ferramenta de uso comercial, voltada para promoções lucrativas, vem sendo adotada timidamente por algumas entidades.

Por que não por uma Universidade Pública? Por que não mostrar de maneira adequada, sem prometer o impossível, como a entidade universitária pode atuar em conjunto com a sociedade?

Esta proposição será abordada neste trabalho, enfatizando a necessidade de uma política que considere a Universidade inserida num contexto amplo de integração social, atuando com o seu conjunto e não com suas individualidades. As conjunturas por que passamos nos levam a criar uma resistência para que possamos sobreviver e nos levam a esquecer que a visão individual cada vez mais segmenta o social, nos distanciando de uma união necessária para que possamos nos fortalecer e realizar tudo aquilo que julgamos ser o correto, de acordo com as necessidades sociais do país em que vivemos. Para citar uma visão individualista, transcrevo a seguir uma citação de autor desconhecido, que muito bem expressa o diferencial existente entre as pessoas inseridas num contexto social e aquelas que não conseguem visualizar o seu real papel na amplitude da sociedade em que vivem, apesar de estarem num mesmo ambiente. Creio que essas pessoas são encontradas em todas as classes sociais e profissionais, deixando evidente existir um enorme trabalho educacional a ser desenvolvido para conseguirmos que uma grande parcela da sociedade entenda o seu papel relacional e participativo, no universo em que vive.

"Um turista passeando por Londres, parou em frente a Catedral de St. Paul, que estava sendo reconstruída. Passou a observar dois trabalhadores executando tarefas idênticas. Não satisfeito, se dirigiu aos trabalhadores e perguntou ao mais próximo: O que o Sr. está fazendo aí? Respondeu-lhe que estava ali cortando pedras. Logo após, perguntou ao outro: E o Sr., está também cortando pedras? Respondeu-lhe dizendo que estava ali participando da reconstrução da Catedral."

(autor desconhecido)

Esta citação nos mostra a diferença entre os participantes de um processo construtivo, em que um deles sabe o que está fazendo mas não reconhece o conjunto no qual está inserido, enquanto o outro, apesar de estar executando a mesma tarefa, mostra uma visão ampla, reconhecendo que está inserido num contexto que vai além da sua tarefa individual. Comparativamente, cito o professor individualista que, inserido no seu pequeno mundo, não consegue identificar a importância do seu papel na sociedade, papel este de destaque, pois é o único profissional pelo qual passam todos os outros, nas trilhas de suas transformações.

Metodologicamente, na presente proposta de trabalho, buscaremos orientações que nos conduzam ao conhecimento mais próximo de fatos que se identifiquem com o objeto desta monografia.

Enfocaremos a visão emancipadora da Extensão, nascida no início da década de 70, vivida entre crises identificadas, tendo evoluído parcialmente, conseguindo atender algumas demandas sociais, porém sem a continuidade necessária para o seu pleno êxito. As mudanças inerentes ao processo ocorreram numa velocidade aquém daquela que seria adequada para que vencêssemos as barreiras que se colocavam à frente desta evolução. Foram e ainda são as mudanças de diretrizes governamentais, que só permitem direcionar as ações para atender as necessidades sociais conjuntural e não estruturalmente, os principais obstáculos à sua plena implementação.

Partimos do princípio de que cada entidade opera em um ambiente múltiplo de entidades, associações e órgãos públicos, entendendo-se como partícipes deste processo um grupo de pessoas ou mesmo outras entidades que têm uma real ou uma potencial relação direta com suas partes.

Considerando a Universidade como o centro desse universo, toma-se importante alcançar todas as partes que com ela interagem, procurando-se abranger todas as suas relações para um melhor desempenho do conjunto.

Após uma fundamentação teórica que abrange o conceito de um necessário relacionamento entre a Universidade Pública e suas contrapartes na sociedade, analisaremos a **Uni-Rio** sob o ponto de vista de sua política voltada

para os relacionamentos externos, levantando todos os fatos que julgamos distanciados de uma real situação em que deveria atuar a Universidade Pública e, em especial esta em que estudamos.

Objetivamente, em função dos fatos levantados, procuraremos adequar uma política de ações direcionadas para os aspectos em que esta entidade estiver afastada de uma linha que a desvie do seu objetivo de integrar-se à sociedade, sugerindo atuar junto aos grupos que se apresentarem distanciados da sua política de integração.

Através destes pontos, dentre outros, buscaremos identificar os hiatos existentes entre a Universidade e as entidades formadoras deste sistema relacional e, por meio de ações programadas, tentaremos indicar os caminhos necessários para que se coloque a **Uni-Rio** numa posição de destaque no âmbito nacional.

Devemos considerar a referência de que a Universidade tem em seu relacionamento com a sociedade um leque de contrapartes. É um universo amplo e que requer uma política bem estruturada, para que suas metas sejam plenamente alcançadas. Pensar universidade é pensar conjunto, sem abrir mão das ações que requeiram a participação de todos os seus setores, de maneira coesa, ditadas por uma política devidamente elaborada e ciente de todos aqueles que participam do sistema.

O pensamento voltado para o individual não tem mais espaço nos dias atuais, principalmente se buscamos uma integração com a sociedade em que vivemos. Ou partimos para o pensar coletivo ou estamos condenados a sermos os eternos colaboradores do estancamento da emancipação que a sociedade, desafiadoramente, nos demanda.

Nesta parte levantamos alguns questionamentos já existentes no âmbito do universo da **Uni-Rio**, que serão abordados no conteúdo deste trabalho, em documentos disponíveis e que somados aos textos utilizados nas aulas no decorrer do Curso de Formação de Docentes Universitários, embriões desta monografia, nos permitem buscar embasamento através dos pontos discutíveis identificados entre aquilo que é proposto ser feito e aquilo que na prática acontece.

Entre os documentos lidos, destaca-se o **Projeto Pedagógico do Ensino de Graduação (1995)**, do qual pode-se apontar algumas intenções compatíveis com o direcionamento do objeto da monografia :

- a) *"A Uni-Rio deve assumir princípios que a façam: participativa, criativa, integrada, coletiva e progressista,"*²
- b) *"Alguns docentes consideram, em relação à Administração, que não existe ampla divulgação da estrutura da Universidade (como funciona, como se relaciona com outros órgãos e instituições, etc)...."*³
- c) *"São ainda os professores que informam existir falta de integração com os movimentos sociais que discutem os problemas do país".*⁴
- d) *"Entre os docentes existe a afirmação de que a Uni-Rio não está preocupada com a transformação da situação atual da sociedade, uma vez que não rebate, através da ciência e da pesquisa, os diversos posicionamentos e comportamentos desta sociedade vítima da desinformação provida pela mídia, por interesse da iniciativa privada".*⁵
- e) *"Os docentes ainda consideram que os próprios professores não percebem seu papel transformador,"*⁶
- f) *"Quando tratam da integração externa, os docentes indicam que a Uni-Rio não se mostra na mídia e que a comunidade externa deve inferir que a Universidade está 'quietinha' porque seus profissionais não querem trabalhar.".*⁷
- g) *"Ampliar as estratégias de divulgação da Universidade na Imprensa e divulgação interna, tendo em vista posicionar a Uni-Rio nacionalmente, assim como obter maior integração de suas ações.."*⁸

Podemos deduzir destes pontos mencionados, de acordo com o tópico relacional intentado nesta monografia, que existe, teoricamente, um ambiente profissional propício para desencadear ações que resultem num modelo universitário transparente, participativo, que busca a sua integração com as suas partes na sociedade, porém de árdua execução, pois não está nas prioridades de nossos governantes a divulgação do saber, em virtude deste gerar poder e nós sabemos que eles não desejam criar modelos que enfraqueçam ou façam frente aos seus poderes.

² O Marco Referencial, em Projeto Pedagógico do Ensino de Graduação. Documento Final. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Uni-Rio. Rio de Janeiro. 1995. p. 18.

³ Idem. Diagnóstico da Realidade. p. 19.

⁴ Idem. Diagnóstico da Realidade. p. 20

⁵ Idem. Diagnóstico da Realidade. p. 21.

⁶ Idem. Diagnóstico da Realidade. p. 21

⁷ Idem. Diagnóstico da Realidade. p. 23

⁸ Idem. Programação. p. 29

Tendo em vista o exíguo prazo para a elaboração desta monografia – três meses após o término oficial do Curso – optamos por, no primeiro mês, reelaborar melhor o projeto, definindo a metodologia e abrangência do tema; aprofundar leituras e reflexões sobre a categoria-base da análise – Extensão Universitária, bem como estruturar o foco central – a Uni-Rio, a partir da leitura de documentos oficiais desta Instituição de Ensino Superior. Nos segundo e terceiro meses, realizamos o desenvolvimento da monografia em si, com as devidas e necessárias reuniões com a Professora orientadora, para em função de suas críticas e orientações pudéssemos atingir a sua conclusão.

2 - EXTENSÃO : FATOR DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

A maior parte dos textos utilizados em nossas leituras no presente curso de Formação de Docentes Universitários – **Uni-Rio** 2000 abordou o aspecto isolacionista da Universidade, sempre nos levando a crer que o modelo feudal é um modelo “perpetuado e aceito” por grande parte dos que compõem o corpo docente e as equipes técnico-administrativas.

Este enfoque nunca foi facilmente aceito por mim, fato este compartilhado por alguns de meus professores. Mas mudar “dá trabalho”, ainda mais quando somos sempre adestrados para pensar em resultados de curto prazo. Nunca uma mudança cultural de uma entidade de ensino conseguiu ser implementada em curto prazo. Daí ser mais fácil conviver com sua estrutura voltada para dentro, encapsulada no seu universo restrito.

Atualmente, os componentes da sociedade não podem viver isolados, pois o vetor integração é que nos levará a uma mudança radical em nossas atitudes e em nossos anseios democráticos. Situando a Universidade Pública como o centro desta constelação, não se pode conviver com uma unidade estagnada, isolada dos componentes da nossa sociedade. Desta maneira, torna-se muito difícil a socialização do conhecimento.

Como é citado por FÁVERO (1991, p. 54)

“A Universidade tem como finalidade criar saber voltado para o avanço da ciência, da arte e da cultura, como também para o encaminhamento de problemas atuais e prementes dos diversos grupos sociais”.

Tal finalidade somente poderá ser alcançada se considerarmos a Universidade no contexto de seus relacionamentos externos, sem os quais, se não houver um direcionamento apropriado, continuará exercendo o seu papel num

modelo dominante, arcaico e longe de obter os resultados que uma instituição desse molde deve alcançar junto à sociedade.

Neste âmbito, podemos verificar, pela citação de SANTOS (1997, p. 35), que:

“O paradigma da ciência moderna revelou-se impróprio face a industrialização da ciência, isolando o desenvolvimento científico e tecnológico demandado pelos países detentores dos recursos econômicos próprios em relação aos países periféricos”.

Continuando nesta crise do paradigma da ciência moderna evidencia-se:

“A busca de uma vida melhor a caminho de outras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada, trazendo à tona o perfil do paradigma emergente”.

Para ser atingido este nível, é necessário transpor a barreira cultural do paradigma dominante e trilhar o longo caminho para chegarmos à realidade do paradigma emergente.

Ainda segundo SANTOS (1995, p. 54/55), *“O paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente abrange o paradigma científico e o paradigma social”*. Dessa vez, há uma ênfase mais abrangente na qual é mencionada:

“A ciência moderna – aquela que produz conhecimentos e desconhecimentos, fazendo do cientista um ignorante especializado e do cidadão comum um ignorante generalizado”, e “a ciência pós-moderna – a qual reconhece que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional. Destaca que só a configuração de todas as ciências é racional, sendo a forma mais importante a do conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida”.

A mudança requerida para atingirmos esta meta relacional-participativa requer uma reforma principalmente do pensamento. Aqui, reportamo-nos a uma passagem de MORIN (2000, p. 103), que vem ao encontro de nossa proposição:

*“A reforma do pensamento é uma necessidade democrática fundamental – formar cidadãos capazes de enfrentar os problemas de sua época é frear o enfraquecimento democrático que suscita, em todas as áreas da política, a expansão da autoridade dos **experts**, especialistas de toda ordem, que restringe progressivamente a competência dos cidadãos. Estes são condenados à aceitação ignorante das decisões daqueles que se presumem sabedores, mas cuja inteligência é míope, porque fracionária e abstrata. O desenvolvimento de uma democracia cognitiva só é possível com uma reorganização do saber, e esta pede uma reforma do pensamento que permita não apenas isolar para conhecer, mas também ligar o que está isolado, e nela renasceriam, de uma maneira, as noções pulverizadas pelo esmagamento disciplinar: o ser humano, a natureza, o cosmo, a realidade”.*

Esse modelo relacional pretendido somente poderá ser desenvolvido com a participação conjunta do universo sociedade-universidade, onde todas as entidades se entenderão no seu conjunto e não em suas partes independentes, onde as ciências se integrarão, “sensocomunizando-se”.

Dessa forma, podemos considerar a Universidade alcançando seus objetivos, sendo um local de produção e difusão de conhecimentos e também de formação de profissionais de todas as especialidades, inclusive e principalmente de educadores, conduzindo as diretrizes sociais desse universo.

Para se iniciar o processo de convencimento da necessidade de aplicação de uma política direcionada ao trabalho com o conjunto da sociedade, na qual a Universidade está centralmente inserida, temos que abordar os seguintes temas:

- a) a evolução da Extensão nas últimas décadas;
- b) alguns tipos de contrapartes da Universidade Pública;
- c) o motivo pelo qual a comunidade universitária deveria estar interessada nos relacionamentos externos de sua entidade;

- d) o fato de que a aplicação desta política numa Universidade Pública é profissionalmente ético;
- e) a aceitabilidade pela Universidade, explicando como se adquire uma compreensão da sua amplitude, através da informação de que seu objetivo primordial é alcançar as metas da entidade.

Baseados nos entendimentos destes temas, procuramos nos textos disponibilizados todas as referências feitas por seus autores que levassem a uma identificação com o objeto da monografia, adicionando-se a esses assuntos, os destaques conseguidos em documentos e trabalhos disponíveis na **Uni-Rio**, em consonância com o que desejamos externar.

Quando tratamos de Extensão Universitária nós nos deparamos com duas épocas distintas. A primeira, que foi até o final da década de 50, a Extensão era vista como uma atividade assistencialista, em que os objetivos da Universidade eram limitados ao seu mundo interno. Consistia, objetivamente, em elevar o nível da cultura geral do povo, aqui entendido aquela pequena parcela privilegiada da população que tinha acesso às Universidades, constituída pela minoria dominante. Era a classe social descomprometida com os problemas da população, que era assim atendida pela Extensão. As duas caminhavam juntas, isoladas da conjuntura social da época.

Após o início da década de 60, a Extensão deixou de ser apenas uma modalidade de curso para ser um conjunto de atividades universitárias voltadas para a população carente, prestando assistência nas áreas da saúde, jurídica, alfabetização de jovens adultos, etc. Dessa forma, as alas consideradas progressistas delinearam uma participação acadêmica direcionada aos problemas sociais, mudando o enfoque da atuação anterior, continuando, porém, com seu aspecto assistencialista. As universidades agiam cumprindo os programas traçados pela autoridade governamental controladora.

A partir da década de 70, a Extensão assumiu um outro tipo de participação, passando a exercer um papel indissociável do Ensino e da Pesquisa, sendo substituído o seu caráter de prestação de serviços assistencialistas.

A sociedade substituiu a sua participação receptiva por uma tentativa de integração que atendesse as suas demandas para satisfazer o seu próprio conhecimento.

Essa mudança de atitudes gerou crises nas Universidades, em função das contradições que afloraram. Segundo SANTOS (1997, p. 190), podemos apontar três contradições geradoras de crises no interior da universidade:

- a) *Crise da Hegemonia – contradição entre produção de alta cultura e de conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais.*
- b) *Crise da Legitimidade – contradição entre hierarquização dos saberes e as exigências sócio-políticas da democratização e da igualdade de oportunidades.*
- c) *Crise Institucional – contradição entre autonomia institucional e a produtividade social.*

Com as crises, a Universidade defrontou-se com dois caminhos a seguir: voltada ao mundo do trabalho ou voltada para atender a demanda social, que lhe exigiu outro tipo de eficiência. Para esta demanda, a Extensão passou a atendê-la precariamente, sem conseguir colocar em prática a sua capacidade de inovação.

Nesse hiato criado e determinado por estes dois enfoques, que em um momento atende às elites e em outros à população desfavorecida, somos levados a refletir que lhe falta um complemento relacional envolvendo as outras partes do conjunto social. São as suas contrapartes que lhes fortalecerão e lhes darão condições de alcançar o nível no qual a Extensão passará a ser a parte integrante das atividades de investigação e ensino.

MORIN (1998, p. 186), quando analisa a questão da complexidade, afirma que *“...a ciência se desenvolve, não só a despeito do que ela tem de não científico, mas graças ao que ela tem de não científico”*.

Isto explica o quanto pode a Extensão, como alternativa viável para modificar o rumo da política educacional, possibilitar uma nova proposta de entendimento da produção do conhecimento.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão⁹, em parceria com o Ministério da Educação, destacamos os pontos que atendem ao objeto deste trabalho, seus princípios básicos, mostrando que a semente existe, mas ainda não

⁹ Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão**. Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Uni-Rio**.

foi descoberto o processo para germiná-la com a velocidade adequada às necessidades sociais do país:

- a) A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país.*
- b) A instituição deve estar sensível a problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem das suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão.*
- c) A Universidade deve participar em todos os movimentos sociais, priorizando a superação de desigualdade e exclusão existentes no país.*
- d) A ação cidadã da Universidade não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos.*
- e) A prestação de serviços deve ser encarada como um trabalho social.*

Na sua relação com o público em geral e as comunidades locais, foram também indicados eixos temáticos, que deverão originar Programas e Projetos inter-institucionais, caracterizando também nesta parte o papel central da Universidade Pública na condução de tais programas com as suas contrapartes.

Assim, as metas estabelecidas no Plano Nacional de Extensão envolvem o relacionamento com a sociedade, devendo nesta parte de articulação haver o desenvolvimento de programas e projetos de Extensão vinculados àqueles eixos temáticos, sempre a partir do diagnóstico da região onde a Universidade estiver inserida.

Este relacionamento é aquele que deve acontecer com suas contrapartes, entidades ou pessoas afins que compõem o universo externo à Universidade Pública. Vale aqui destacar que ele só se torna eficaz quando praticado no interesse mútuo destas partes envolvidas, cada uma buscando maximizar as suas atividades ligadas a uma integração que se demanda necessária.

Esse relacionamento externo inerente ao domínio da Universidade Pública é a principal ferramenta para que a sociedade possa desfrutar dos benefícios que ela pode lhe oferecer, sendo esse o elo existente entre ela, como órgão central, e todas as partes que diretamente exercem ou possam vir a exercer uma atividade correlacionada.

Na amplitude da Universidade Pública temos diversos tipos de entidades que se vinculam de maneira direta com os três segmentos desta comunidade,

o Corpo Docente, as equipes Técnico-Administrativas e o Corpo Discente, que são: a Associação de Ex-Alunos, os diversos segmentos da Imprensa, o Poder Público (Executivo, Judiciário e Legislativo), a Comunidade Local, o Público em Geral, outras Universidades, etc... Esse relacionamento, ora existente, ora inexistente, precisa ser evidenciado e avaliado, para que possamos aprimorá-lo e conseguirmos atingir o nível almejado para uma sociedade participativa.

No caso da **Uni-Rio**, podemos apresentar diferentes grupos de contrapartes, com os quais os relacionamentos de seus segmentos são de fundamental importância para atingir as suas metas deliberativamente programadas, tais como:

a) Corpo Docente

É um dos três segmentos da comunidade universitária, pilar da sua existência, a quem cabe a responsabilidade de coordenar as ações inerentes à evolução da instituição e conduzir os programas de ações que levem a Universidade ao encontro da sociedade. Aqui é importante lembrar que:

“O ser humano é, antes de tudo, um ser da vontade, da autonomia, da subjetividade e de liberdade. E a educação tem que considerar estes aspectos sob a pena de ser apenas treinamento e adestramento. O professor é um agente neste processo de subjetivação do outro, que é um processo também seu, na medida em que se faz na relação”, (FONTOURA, 1999, p.117).

b) Equipes Técnico-Administrativas

Outro segmento desta comunidade a quem cabe conduzir administrativamente o suporte necessário aos programas desenvolvidos pelos docentes.

c) Corpo Discente

O terceiro segmento desta comunidade, responsável pela aplicação dos ensinamentos recebidos em relação à melhoria da sociedade, como multiplicadores naturais das ações universitárias para transformá-la, além das suas realizações direcionadas para o mercado de trabalho.

d) Futuros Alunos

Segundo PORTELLA (1999, p. 50) , *“melhorar as universidades pressupõe aprimorar o colégio...”*. Essa imensa composição de pleiteantes a uma vaga na Universidade Pública deve começar a ser atendida ao ingressar no ciclo secundário pela política ditada pela Universidade para que, desta maneira, consigamos elevar o nível de ensino desta fase, eliminando as falhas existentes que os desviam do ensino superior. Neste ponto, parte dos docentes da **Uni-Rio** afirma que:

*“A Universidade ainda é o centro reprodutor de conhecimentos, com saberes hierarquizados e setorizados. Também afirmam estes docentes que os alunos que deixam o Ciclo Básico chegam ao Profissionalizante sem orientação – são soltos na coisa clínica e existe um número enorme de alunos perdidos. Lembram que a falta de um orientador acadêmico é uma das causas de tal situação, como também o é a falta de base oriunda dos Graus anteriores de Ensino”.*¹⁰

Coincidente com este aspecto da preparação do futuro aluno, podemos observar em **“Missões e funções da educação superior”**¹¹, que dentro do contexto da modelagem de uma nova concepção do ensino superior, é proclamada a necessidade de existir *“serviços de orientação que devem ser desenvolvidos em cooperação com entidades estudantis, a fim de aconselhar estudantes, que em qualquer idade, estejam realizando a transição para o ensino superior”*. Verifica-se estrita correlação com o que é também bandeira dos docentes da **Uni-Rio**.

e) Associação de Ex-Alunos

O fim do sistema seriado no curso superior desagregou as turmas e enfraqueceu o conjunto dos estudantes como força de lutas e reivindicações que sempre existiram neste universo. Mas a toda ação corresponde uma reação. A criação de Associações de Ex-Alunos visa congrega todos os alunos que encerraram seus cursos, independente de suas formações, com objetivos amplos,

¹⁰ Diagnóstico da Realidade, em Projeto Pedagógico do Ensino de Graduação. Documento Final. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Uni-Rio. Rio de Janeiro. 1995. pág. 21.

¹¹ Profissionais de educação superior e estudantes como protagonistas. Modelando uma nova concepção do ensino superior. In: Visão e Ação: A Universidade no Século XXI. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 1999. Pág. 83-d.

dentre os quais trabalhar em prol da grandeza das Universidades e das sociedades em que vivem. A força deste conjunto, que antes se fazia por especialização profissional, torna-se mais intensa agora, pois já estão numa fase da vida que lhes permite dar um retorno adequado às ações da Universidade.

f) **Imprensa**

Neste tipo de relacionamento, já citamos inclusive que é um anseio da comunidade universitária a realização de seu incremento, pois ele é vital para ajudar a projetar a **Uni-Rio** no devido lugar de destaque no cenário nacional. Tal realização far-se-á através da utilização dos diversos meios de comunicação disponíveis e não utilizados adequadamente pela Universidade, ampliando as estratégias de divulgação da Universidade, conseguindo assim obter maior integração em suas ações, tanto interna quanto externamente.

g) **Comunidade Local**

Aqui buscaremos entender que a Universidade não está situada numa ilha. Ela convive com as partes da sociedade que estão em sua vizinhança. Qualquer fator que ela gere e que possa ser considerado adequado para a comunidade, deverá ser implementado, tornando este vasto campo uma área de prática da cidadania por parte de seus integrantes, com interferências desde a escola pública ou privada até os grupos sociais componentes desta comunidade que tenham demandas cujos departamentos técnicos da Universidade possam atendê-los. Assim, onde houver um ponto físico da Universidade, deverá haver um Programa de Ação, pertinente à capacidade da especialidade ali instalada, para lidar com os problemas desta comunidade, pois a melhor maneira de ensinar aos alunos o modo correto de se relacionar com as pessoas e entidades, é colocando em prática estas ações.

h) **Público em Geral**

O grande público está praticamente em tudo que a Universidade realiza, pois os frutos de sua produção deverão ser direcionados para toda a população.

Através da divulgação de seus programas e realizações, o público poderá conhecer aquilo que a Universidade faz, para que tais trabalhos ultrapassem os limites da fronteira com a sociedade e não fiquem somente no âmbito interno de seu Campus. Divulgá-los, é dar conhecimento ao público da existência de pessoas capacitadas que trabalham para melhorar as condições sociais do país. Não divulgá-los, é perpetuar a imagem da Universidade como uma torre de marfim.

i) Poder Público (Legislativo/Executivo/Judiciário)

A Universidade firmemente organizada através de relacionamento direto da entidade com o Poder Legislativo, por exemplo, a tomará invulnerável aos desmandos de quem quer que seja, pois haverá sempre uma bancada regional de políticos apta a defendê-la e a criar oportunidades para o seu crescimento. Para isto, deverá ser feito um intenso e constante trabalho relacional, durante todo o tempo necessário e não somente em épocas de crise.

j) Empresas

A Universidade, dentre outros objetivos, forma profissionais para o mercado de trabalho, numa visão parcial de seu papel. O relacionamento com as empresas é necessário durante toda a fase da formação do estudante, pois desta forma a Universidade estará direcionando a sua programação acadêmica também para atender esta demanda. Por outro lado, as empresas também poderão oferecer condições convenientes a estas partes para a evolução da pesquisa científica, ambos alocando os recursos necessários para o desenvolvimento das pesquisas por seus professores.

l) Fornecedores

Nesta parte devemos entender adequadamente a amplitude deste relacionamento. Isto deve-se ao fato de que o mercado trabalha para oferecer seus produtos e serviços aos órgãos públicos de maneira não recomendável, principalmente em função do despreparo das pessoas que se relacionam com eles. Cada negociação mal feita aumenta o custo operacional da Universidade,

acarretando assim o desvio de recursos para uma finalidade menos nobre em detrimento de outra mais necessária. Então, o relacionamento com os fornecedores em geral deve primar pela obtenção da qualidade requerida naquilo que é fornecido pela outra parte.

m) Outras Organizações

O intercâmbio cultural, atualmente, é imprescindível à sobrevivência das Universidades, principalmente aquele entre as próprias Universidades. Deverá haver uma coordenação mais eficaz entre organizações intergovernamentais, supranacionais, organizações não-governamentais, agências e órgãos de fomento existentes e projetos de cooperação internacional no nível do ensino superior.

n) Entidades Beneficentes

Nesta parte está uma boa oportunidade para que todos possam exercer as suas capacidades de prestação de serviços de acordo com as suas especialidades, relacionamento este que possibilitará a cada participante do processo trabalhar no sentido de promover o alcance da cidadania àqueles que não dispõem de recursos necessários para fazê-lo.

o) Entidades de Segurança Pública

A grande diferença existente entre as camadas sociais nos direciona para este campo que todos criticam, mas para o qual poucos apresentam soluções: a questão da segurança pública. Qual pode ser a nossa participação ativa neste processo, além do papel de vítima? Um relacionamento adequado, procurando colaborar ativamente para minimizar os problemas causados à sociedade por aqueles que militam no caminho do ilícito, é também necessário, pois é na formação do caráter das pessoas que se deve atuar antes que outros formadores de comportamentos tomem o espaço do educador.

Vemos, então, que o campo relacional da Universidade é amplo e por isso, a única maneira de se integrar à sociedade, desde que não pretenda

representar um mundo à parte, fechado em si, mas sim intervir no mundo realmente existente, é se ligar àquelas suas contrapartes da maneira como são e como elas se encontram e neste processo de integração transmitir-lhes todo um processo educacional que lhes permita desenvolverem-se e emanciparem-se, tomando os seus relacionamentos direcionados para o bem estar do conjunto social.

Em relação ao interesse do profissional da comunidade universitária estar interessado na prática destes relacionamentos externos, explicamos ser sua vontade colocar à disposição da sociedade tudo aquilo que ele vem pregando de maneira teoricamente acentuada no sentido de mudar o comportamento desta sociedade, em relação a tudo aquilo que a prejudica e ela não tem a capacidade e o conhecimento necessários para perceber. Esta falta de percepção é diagnosticada pela falta de conhecimento que até então lhe era inacessível. A divulgação da informação, a transferência do conhecimento através destas ligações, levarão à formação de uma sociedade esclarecida e conhecedora de seus deveres e obrigações.

Quanto ao fato da aplicação desta política numa Universidade Pública ser profissionalmente ética, podemos dizer que está no próprio desenvolvimento do papel do educador que, independentemente de especialização, tem por obrigação profissional estimular, por diversos meios factíveis, a integração da sociedade. Se é de sua obrigação, nada mais ético do que trabalhar tendo como quadro de fundo a emancipação da sociedade.

Se fizermos um exame das causas que levam as entidades às suas falhas, não cumprindo o seu papel predeterminado, sempre encontramos como fator comum a visão minimalizada que ela tem do universo em que está inserida. Para transpor esta fase isolacionista temos de considerar que para alcançar as suas metas ela dependerá de estar integrada tanto interna quanto externamente. Como a falta de conhecimento é uma das principais carências dos diversos componentes da sociedade, nada mais justo do que criar canais para que estes conhecimentos atinjam tais segmentos. E quem está habilitado para criar processos e multiplicadores para a divulgação destes conhecimentos é a

Universidade, essencialmente a Universidade Pública. Ora, se as ferramentas estão com esta Universidade, porque não utilizá-las, indo buscar no conjunto social todos aqueles segmentos que deverão ser por ela trabalhados, preparando-os para que cada um exercendo o seu papel preconizado, possamos todos construir aquela sociedade independente que todos nós acreditamos ser viável? Essa é a meta principal e todos os envolvidos deverão estar em sintonia, conscientes e concentrados em desenvolver esforços para atingi-la.

3 - EXTENSÃO E UNIVERSIDADE PÚBLICA: O CASO DA UNI-RIO

A Universidade Pública se faz presente no seu universo através de uma adequada e avançada cadeia de relacionamentos, ocupando todos os espaços que lhe são inerentes na condução dos avanços sociais demandados pelos diversos setores da sociedade.

Segundo PORTELLA (1999, p. 50) :

“A tarefa prioritária da reinserção do homem na cidade, de fortalecimento do compromisso cidadão, passa pelo reconhecimento do seu universo relacional, pois no vazio relacional prosperam o desentendimento e o desastre. Estes se transformaram em incômodos indícios de que as nossas reservas relacionais baixaram substancialmente. Para contrapor-se a essa avalanche, especialmente em um mundo interativo, o ensino superior nunca pode se isolar: nem nacionalmente, nem regionalmente, nem internacionalmente”.

Podemos verificar que o distanciamento entre a Universidade Pública e a Sociedade, o qual chamamos de hiato, é aqui denominado vazio relacional, que resultam em desentendimento e desastre, separando cada vez mais a oportunidade da sociedade alcançar um nível de integração necessário à sua própria emancipação.

Nesta citação de PORTELLA (1999, p. 50) , é evidenciado, segundo meu entendimento, o equívoco pelo qual uma boa parcela da sociedade entende o fenômeno do relacionamento:

“Educar superiormente é ensinar a teoria e a prática da relação, mediante a consolidação da pluralidade cultural. Os sistemas vigentes costumam se equivocar porque, na ânsia de tudo produzir, na sua brutalidade produtivista, chegam a imaginar capazes de produzir relação. É quando os programas educacionais se concentram no esforço obstinado de realimentação do sistema.

Mas o sistema, qualquer que seja ele, governamental, econômico, universitário, o sistema jamais conseguirá realimentar-se a si mesmo. As provisões energéticas, os seus renovados impulsos de vida, encontram-se fora ou além do seu fazer circunscrito. Tanto mais quanto o homem se identifica pelo seu valor, e não apenas pelo seu desempenho performático, ele é mais do que a sua performance”.

Desta forma existe uma distância entre os significados da palavra relação, pois na nossa visão individualista, todos nós entendemos o seu significado e somos peritos na matéria. Só que a realidade nos mostra o contrário, porque a relação que devemos entender está acima da nossa esfera individualista e se insere num contexto mais amplo: é a relação que deve existir entre as instituições ou grupo de pessoas no sentido coletivo, programático, o qual teremos de entender e assimilar para que consigamos, pela sua prática, atingir os nossos objetivos sociais ditados pelos deveres de nossas profissões.

No aspecto de sua aplicabilidade, numa amplitude mais abrangente, PORTELLA (1999, p. 51) aborda o assunto afirmando que:

“O impasse relacional, a fragilidade cidadã, cresceram ,na escola, na família, na representação política, no espaço público enfim, porque as esferas da subjetividade e da objetividade se desgarraram uma da outra, sem a menor complacência, o menor pudor ou o mais mínimo arrependimento. Isto quer dizer o trabalho de reconstrução histórica, inclusive reconstrução do próprio trabalho, o novo perfil do desenvolvimento, o argumento pedagógico que se afirma longe da globomania e da globofobia requer o exercício tenaz da crítica e da auto- crítica. Com os níveis de competitividade impostos pela mundialização e as exigências inerentes à sociedade do conhecimento, a educação se vê investida de responsabilidades inesperadas. E para atender a essas responsabilidades primordiais não lhe será permitido ceder aos assaltos da razão instrumental, ou às armadilhas das abordagens economicistas. Muito menos ao homicídio conceitual levado a efeito pela mera política de resultados”.

Nesta fase é esclarecido o motivo pelo qual os hiatos se expandiram, desagregando o conjunto da sociedade, pois pela não aplicabilidade de ações

educacionais que impedissem tais acontecimentos citados, o enfraquecimento das poucas relações existentes se acentuou, permitindo a criação de uma passividade imanente no seio de todos os grupamentos sociais, e reforçando assim o objeto desta monografia, que se calca basicamente na ausência de ações que reativem esses relacionamentos e os integrem definitivamente na nossa organização comportamental.

Está assim formulado o papel fundamental a ser explorado pela Universidade Pública, colocando em suas metas Programas de Ações que, através de várias formas de divulgação para aprendizagem, incorporem esta bandeira da integração com a finalidade de conduzir a sociedade para o caminho de sua independência.

Em consonância com o objeto desta monografia podemos citar algumas considerações expostas na **“Declaração Mundial Sobre Educação Superior no Século XXI : Visão e Ação”**, por seus participantes ¹², nas quais se evidenciam mudanças necessárias no ensino superior em que a tese relacional se destaca.

Citaremos a parte referente às mudanças que diz:

“Para levar avante mudanças e um desenvolvimento substanciais na educação superior, assim como o aperfeiçoamento de sua qualidade e relevância, considerando ainda que a solução para seus principais desafios exige a participação não somente dos governos e das instituições universitárias, mas deve incluir a todos os envolvidos no processo – estudantes e sua famílias, professores, industriais e homens de negócio, setores públicos e privados da economia, comunidades, políticos, meios de comunicação, associações profissionais, em suma, a própria sociedade, e por fim, as Instituições de Educação Superior devem assumir maiores responsabilidades sociais, além de prestar contas sobre o emprego de fundos públicos e privados, nacionais e internacionais”. ¹³

Como podemos verificar, apontam para uma integração dos componentes da sociedade como uma solução para que a Universidade como

¹² Professores participantes da Conferência Mundial de Educação Superior, reunidos na sede da UNESCO, em Paris, de 5 a 9 de Outubro de 1998.

¹³ Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. In: Visão e Ação: A Universidade no Século XXI. Ed. UERJ. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 1999. Pág.62.

centro deste universo alcance seu objetivo de iniciar um processo de modernização que permitirá vencer todos os desafios que se lhe apresentem. Assim, podemos afirmar que o seu relacionamento com suas contrapartes integrantes da sociedade é vital para a mudança almejada.

Em seguida abordaremos as missões e funções destinadas ao ensino superior, estabelecidas pelos participantes daquela Conferência que encontram afinidade com o objeto desta monografia, pois visam sobretudo, dentre as tarefas e os principais valores da educação superior, a tarefa referente à contribuição para o desenvolvimento sustentável e o aperfeiçoamento geral da sociedade que necessitam ser preservados, reiterados e ampliados cada vez mais.

Em relação à **“Missão de educar, capacitar e desenvolver pesquisas”**, podemos citar:

*“Criar oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem para toda a vida, dando aos estudantes vasto campo de opções, assim como flexibilidade para ingressar e sair em pontos diversos do sistema, além de oportunidade para desenvolvimento individual e mobilidade social, a fim de educar visando à cidadania e à participação ativa na sociedade, incluindo perspectiva global, autonomia criativa e consolidação dos direitos humanos, desenvolvimento sustentável, democracia e e paz, num contexto de justiça”.*¹⁴

Nesta parte encontramos vetores que nos direcionam para uma mobilidade social, visando ao processo de educar direcionado à cidadania e à participação ativa na sociedade. Como poderemos alcançar tal objetivo se não implementarmos cursos que explorem a capacidade que temos, individualmente, de nos relacionarmos, mas desde que eficazmente de uma maneira agregada, em prol do conjunto social em que vivemos, considerando a Universidade Pública e suas contrapartes? Mais uma vez deparamos com outro tópico que realça a necessidade deste relacionamento com a sociedade, não só por parte da Universidade, na prática, mas também que seja ensinado aos seus alunos,

¹⁴ Missões e Funções da Educação Superior – A missão de educar, capacitar e desenvolver pesquisas. In: Visão e Ação: A Universidade no Século XXI. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 1999. Pág. 64-b.

indiferentemente de profissão, o processo adequado para que, tendo como exemplo o sistema por ela adotado, possam eles praticá-lo quando se projetarem em seus campos de trabalho. Reforçamos assim mais uma parte da formação multiplicadora do estudante universitário no âmbito que lhe é necessário, que o leva a uma conscientização em relação à cidadania e a sua participação ativa na sociedade.

Outro ponto digno de citação em acordo com nosso objeto é aquele sobre o “**Papel ético, autonomia, responsabilidade e prevenção**”, fatores estes que escasseiam atualmente nos mais diferentes setores de nossa sociedade.

Citamos a necessidade de:

“Ser capaz de assumir posições no que se relacione a problemas éticos, culturais e sociais, e fazê-lo com absoluta independência e plena noção de suas responsabilidades exercendo autoridade intelectual de que a sociedade necessita para ser estimulada a refletir, compreender e agir”.¹⁵

Aqui verificamos uma coerência com o propósito no qual o corpo docente, discente e técnico-administrativo operem sincronizados na amplitude de suas responsabilidades e não nos limites ditados pelo *status quo* que, geralmente, é imposto pelas facções governantes do país, retirando deste grupo a liberdade de atuação junto à sociedade, não porque o façam só com o intuito de cercear os seus papéis, mas também de não permitir quaisquer mudanças no sistema por eles controlado, que possam alterar ou mesmo incrementar o poder participativo a ser exercido pela sociedade.

Vale aqui registrar uma frase de GALLO (1997, p. 117), que diz: “o saber está inteiramente relacionado com o poder: conhecer é dominar”.

Fica assim ressaltado que o(s) grupo(s) dominante(s) não admite(m) sequer criar condições sociais para que os componentes da sociedade dividam com ele(s) este poder.

¹⁵ Papel ético, autonomia, responsabilidade e prevenção. In: Visão e Ação : A Universidade no Século XXI. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 1999. Pág. 66-b.

Dentro do mesmo contexto do papel ético, é evidenciada a necessidade de:

*“Desfrutar de liberdade acadêmica completa, assim como plena autonomia. Liberdade e autonomia entendidas como um conjunto de direitos e deveres que supõem assumir responsabilidades e prestar contas à sociedade”.*¹⁶

Mais uma vez é mencionado na proposição de modelagem de uma nova concepção do ensino superior, principalmente quando abordamos o problema da discriminação, a necessidade da integração social. Deverá haver:

*“Uma igualdade de acesso ao ensino superior, a qual deve principiar pelo reforço e, se necessário, pela reordenação dos vínculos entre educação superior e os demais níveis de ensino, especialmente com a educação secundária. As instituições universitárias devem ser compreendidas como partes de um sistema permanente que, principiando na infância e se estendendo ao ensino primário, prossegue durante toda a vida. Acima de tudo, as universidades necessitam desenvolver mecanismos internos que facilitem tal concepção. Desse modo, as Instituições de Ensino Superior idealmente trabalharão em conjunto com os pais, as escolas, os estudantes, além de envolver grupos socioeconômicos e a comunidade”.*¹⁷

Sempre encontramos menções à integração social, mas a fronteira desta conquista não é definida, resultando daí uma falta do rumo que deva ser dada ao ensino, não só ao superior mas a todos os níveis. Assim, identificamos que o hiato existe, apesar de haver um direcionamento teórico à integração. Lógico que esta composição para a integração almejada será feita através do relacionamento a ser explorado pelas diversas partes envolvidas no processo, orientadas e coordenadas pela Universidade Pública.

No aspecto da relevância, aqueles participantes proclamam que *“a relevância deve ser avaliada conforme a adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas efetivamente realizam”.*¹⁸

¹⁶ Idem, p. 67-c.

¹⁷ Modelando uma nova concepção do ensino superior – Igualdade de Acesso. In: Visão e Ação: A Universidade no Século XXI. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 1999. Pág. 68-b.

Desta vez vem focada a expectativa da sociedade em relação ao que a entidade universitária pode transmitir para ela, considerando-a como a guia de suas transformações.

Em outro ponto, no mesmo paradigma da relevância, citam que:

*“O ensino superior deve assumir com vigor renovado a tarefa de servir à sociedade, sobretudo nas atividades dedicadas à erradicação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, degradação ambiental e doenças, sobretudo mediante abordagem interdisciplinar e transdisciplinar no estudo de problemas e questões”.*¹⁹

Vemos nesta parte a ênfase no seu relacionamento com a sociedade de maneira mais aprofundada, chamando a Universidade para executar tarefas sociais que afligem as populações. Identificamos que à Universidade cabe uma responsabilidade que vai além da formação de profissionais em suas diversas especialidades, mas que estes profissionais, quaisquer que sejam as suas formações, estejam aptos a participar ativamente, no limite dos seus trabalhos, no cenário dos atendimentos das demandas sociais. Para atingir este objetivo, é necessário que lhes seja ensinado a importância de seus papéis no universo em que vivem e desde cedo como se relacionarem com as outras partes, que somados às suas partes, solucionarão os problemas aqui apresentados. É, realmente, uma mudança na nossa organização comportamental, pois modifica muitos dos conceitos até o presente divulgados. Temos que aprender a lidar com proposições de soluções para os problemas que a sociedade nos apresenta, mas de forma agregada, para que não haja recidiva e que, a cada geração que passa, fique evidenciada a melhor maneira de vivermos, isto é, quando a população não carece de ensinamentos básicos e recursos que a tomem refém de um sistema que não visa o seu bem estar.

Assim, a educação superior deve ter como alvo a criação de uma nova e sempre atualizada sociedade, uma sociedade não-violenta e sem exploração, uma sociedade composta por pessoas altamente preparadas, motivadas e integradas.

¹⁸ Modelando uma nova concepção do ensino superior. Orientação de longo prazo determinada pela relevância. In: Visão e Ação: A Universidade no Século XXI. Ed. Uerj. Rio de Janeiro. 1999. Pág. 73-a.

¹⁹ Idem. Pág 74-b.

Uma sociedade independente e auto-suficiente. Para alcançar esta meta, devemos ter uma Universidade organizada adequadamente para se relacionar com a sociedade.

“Uma vez firmemente organizada, uma organização tende a assumir uma identidade própria que a toma totalmente independente das pessoas que a fundaram e mesmo daquelas que são seus membros” (Peter Blau).²⁰

A citação se insere em qualquer tipo de organização, principalmente numa Universidade Pública, em virtude da transitoriedade de suas equipes de direção, que personalizam a sua administração ao invés de implementar ou dar continuidade a uma programação discutida e aprovada deliberativamente por seus componentes. O envolvimento da Universidade Pública, firmemente organizada com as suas contrapartes, deruba as barreiras porventura existentes e as substitui por áreas de integração em que todos estejam envolvidos, criando um sistema de autodefesa, pois ela é a principal entidade habilitada para produzir um bem de valor imensurável, sempre considerado estratégico, que é o conhecimento. Conforme consta no seu Projeto Pedagógico²¹:

*“Cabe à **Uni-Rio** a construção de novos conhecimentos, tanto em nível de ensino (pelos docentes e discentes, a partir da análise da prática vivida em confronto com os conteúdos universais), como em nível de Extensão (em conjunto com a comunidade externa, a partir da análise da realidade e das necessidades sociais), como em nível de pesquisa (pela análise e investigação científicas), o que referenda o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”.*

Dentre as diversas ações explicitadas na **Programação** constituinte do **Projeto Pedagógico do Ensino de Graduação da Uni-Rio**²², citaremos algumas consonantes com o nosso objeto, as quais julgamos importantes desenvolver, se quisermos de fato consolidar a **Uni-Rio** no cenário educacional nacional:

²⁰ Citação de Peter Blau que está em destaque na 3ª página do Documento Final – Projeto Pedagógico do Ensino de Graduação. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. **Uni-Rio**. Rio de Janeiro. 1995.

²¹ O Marco Referencial. In: Projeto Pedagógico do Ensino de Graduação. Documento Final. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. **Uni-Rio**. Rio de Janeiro. 1995. Pág. 18.

²² Programação. In: Projeto Pedagógico do Ensino de Graduação – Documento Final. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. **Uni-Rio**. Rio de Janeiro. 1995. Págs. 29/30.

- a) *Definir, coletivamente, planos de reciclagem e de capacitação docente, através de uma política de incentivo ao aperfeiçoamento do quadro existente;*
- b) *Ampliar as estratégias de divulgação da Universidade na imprensa e de divulgação interna, tendo em vista posicionar a **Uni-Rio** nacionalmente, assim como obter maior integração de suas ações;*
- c) *Estudar as possibilidades de organização de um Manual Geral da **Uni-Rio**, a fim de possibilitar sua maior divulgação, intema e externamente;*
- d) *Realizar, periodicamente, eventos, em todas as áreas, tendo em vista a discussão de temas atuais e a formação do hábito de participação em tais iniciativas;*
- e) *Ampliar ações integradas em saúde pública, a partir do envolvimento de profissionais e alunos das diferentes áreas de saúde;*
- f) *Desenvolver trabalhos que contem com a participação de docentes, discentes e técnico-administrativos, a fim de buscar decisões coletivas.*

Para que elas sejam implementadas, é necessário que a **Uni-Rio** se adeqüe para ser.²³

- a) *um pólo produtor de aplicações práticas, isto é, apresentador de tentativas de soluções para os principais problemas da sociedade brasileira, a partir da construção de novos padrões éticos em suas fileiras;*
- b) *uma instituição onde haja formação acadêmica e pessoal/humana, formando profissionais visando à melhoria da sociedade, e não apenas voltada para o mercado de trabalho;*
- c) *uma instituição estreitamente ligada aos problemas sociais do país, formando cidadãos úteis à sociedade, sensíveis ao contexto em que vivem;*
- d) *uma instituição voltada para a detecção de problemas sociais, priorizando-os e, de acordo com suas especificidades, direcionando seus Ensino, Pesquisa e Extensão, a fim de resolvê-los;*
- e) *um local compromissado com a produção do saber, visando à transformação da situação atual da sociedade;*
- f) *um espaço de militantes ativos do conhecimento, aberto de todas as maneiras à sociedade, ao povo – fonte e garantia da atualização e preservação dos saberes;*
- g) *um local que promova oportunidade para pensar o mundo, o país, a cidade, a relação cidadão-sociedade-trabalho e de onde saiam idéias e propostas para melhorar tais relações;*

²³ Marco Referencial. In: Projeto Pedagógico do Ensino de Graduação – Documento Final. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. **Uni-Rio**. Rio de Janeiro. 1995. Págs. 15/16.

4 - CONCLUSÃO

Ao tratarmos dos envolvimento dos docentes, técnicos administrativos e universitários nas relações com as contrapartes da Universidade Pública, nos deparamos com um anseio direcionado para a finalidade de amplo interrelacionamento, ao mesmo tempo que verificamos uma inércia por falta de condução neste processo. Daí começamos a imaginar como ela pode conviver com a sua considerada fragilidade e a sua excelência científica. A primeira encobre e enfraquece a segunda, de tal forma que sua voz cada vez mais não é recepcionada além dos limites físicos de seu *campus*. Para reverter este quadro, somente através da eliminação deste espaçamento ainda existente, tomando-a mais próxima possível da sociedade, sociedade esta composta, no mínimo, de suas contrapartes.

A razão principal da criação e manutenção deste hiato é que dirigentes e alguns funcionários se relacionam com algumas entidades caracterizando um relacionamento individualista, tomando-os independentes e temporariamente fortes. Tal enfoque, diferente do enfoque institucional, é frágil, tem vida útil limitada, pois quem deve ser forte não é o grupo dirigente ou seus funcionários e sim a instituição.

Tal política institucional não poderá ir adiante se não houver uma aceitação por parte dos segmentos da entidade, se não houver uma compreensão da sua amplitude através da divulgação de que o objetivo primordial é alcançar as suas metas, que devem ter sido elaboradas com a participação de todos os membros da comunidade universitária. Significa dizer que é um conjunto de pessoas tentando maximizar os recursos técnicos disponíveis para atender as demandas que lhe são direcionadas.

Para alcançarmos o objetivo de criarmos um ambiente em que a prática relacional seja evidente em todas as ações internas e externas da Universidade, faz-se necessário a aplicação de ações que conduzam à mudança e ao desenvolvimento da educação superior. Conforme foi citado em **“Ações**

prioritárias no nível nacional”²⁴, as ações destacadas nesta parte, vêm ao encontro dos propósitos básicos para eliminar a distância que separa a Universidade da sociedade:

- a) *Considerar a educação superior o elemento catalisador de todo o sistema educacional e estabelecer metas segundo esse entendimento;*
- b) *As Instituições de Ensino Superior devem redefinir seu papel visando criar um sistema de acesso aberto e permanente, assim como programas de transição e de avaliação e reconhecimento de estudos previamente realizados;*
- c) *Desenvolver esquemas inovadores na colaboração das Instituições de Ensino Superior com diversos setores da sociedade, a fim de assegurar que a educação superior e os programas de pesquisa contribuam efetivamente para o desenvolvimento local, regional e nacional;*
- d) *Promover e facilitar a mobilidade nacional e internacional do Corpo Docente e do Discente, mobilidade entendida como fator de qualidade e de relevância do ensino superior;*

É importante mencionar que tais ações são indicadas para serem adotadas deliberativamente, evidenciando o elo existente entre a Universidade Pública e o Poder Público constituído, principalmente o Legislativo.

Considerando que o corpo humano baseia-se na comunicação para sobreviver, pois se as células não se comunicassem, não poderia haver vida, analogicamente, podemos dizer que as células, a Universidade Pública e as suas contrapartes, devem obrigatoriamente se relacionar, caso contrário não haverá chance da sociedade, como organismo, sobreviver.

Da mesma forma, a Extensão universitária pressupõe um caminhar coletivo, numa constante interação entre profissionais, alunos e parceiros (contrapartes) externos à Universidade.

Enfim, levando em consideração que a colaboração é a arma mais poderosa de uma sociedade unida em seus propósitos, realizada através de uma constante troca de informações, poderemos gerar, através de um relacionamento apropriado, o bem mais precioso para esta sociedade: o conhecimento, que continua a ser a moeda mais forte deste início de milênio.

²⁴ Quadro de referência relativo à ação prioritária para mudança e desenvolvimento na educação superior. Ações prioritárias no nível nacional. In: *Visão e Ação: A Universidade no Século XXI*. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 1999. Págs. 98-c,d/ 99-f/I01-m.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTO FINAL - **Projeto Pedagógico do Ensino de Graduação – Uma Proposta Científica e Participativa de Planejamento**. Departamento de Documentação e Registro Acadêmico. Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio). Rio de Janeiro, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Produção e Apropriação do Conhecimento da Universidade**. UFRJ. Rio de Janeiro. 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Aurélio – Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1999.

FICHTE, Johann Gottlieb. **Por uma Universidade Orgânica**. Rio de Janeiro. Editora UERJ, 1999.

FONTOURA, Maria Helena da. **A Formação do Professor Universitário: Considerando Propostas de Ação**. In: CHAVES, Ilduina Mont'Alveme e SILVA, Waldeck Carneiro da. **Formação de Professor: Narrando, Refletindo, Intervindo**. Quartet. Niterói. 1999. Pág. 117.

GALLO, Sílvio. **Conhecimento, Transversalidade e Educação – Para Além da Interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro. Editora Impulso, 1997.

MORIN, Edgard. **A Cabeça Bem-Feita – Repensar a Reforma – Reformar Pensamento**. BCD União de Editoras S.A. Rio de Janeiro. 2000.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1998.

PEREIRA, Antonio Celso Alves , PORTELLA, Eduardo , MARANHÃO, Éfrem de Aguiar e MAYOR, Frederico. **VISÃO E AÇÃO: A Universidade do Século XXI**. Rio de Janeiro. Editora UERJ, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Da idéia de universidade à universidade de idéias**. In: **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997. Cap. V.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto-Portugal: Edições Afrontamento, 1995.

TUTTMAN, Malvina Tânia. **Extensão Universitária: uma alternativa viável?** Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1999.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

**FORMAÇÃO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS -
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**

AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA

Título da monografia: EXTENSÃO E UNIVERSIDADE PÚBLICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

Autor: PAULO ROBERTO ARNAUD CARMO

Professor Orientador: LIGIA MARTHA COIMBRA COSTA COELHO

Professor Leitor: DAYSE MARTINS HORA

Parecer do Orientador Leitor: B

Falando de extensão o autor nos faz pensar a universidade na sua indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O que há algumas na contextualização do problema: universidade e sociedade hoje. Isto acrescentaria dados à discussão, principalmente no que se refere aos mecanismos de controle do Estado sobre a universidade.

Orientador

Parecer do Professor Leitor:

A monografia, dentro da proposta apresentada, preencheu os requisitos necessários. Há fundamentação teórica e independência de idéias, apesar da análise referente à UNIRIO não estar tão completa quanto deveria. O linguagem e o estilo estão adequados ao trabalho.

B+

Conceito Final: B

Data: 02/05/2001

Assinaturas:

L. Coelho

Dayse Martins Hora